

BIBLIOTECAS, MEDIATECAS ESCOLARES EM TEMPO DE REFORMA E DE ESCOLA CULTURAL

por

Maria João Amante
Adão Carvalho

Resumo:

Passados onze anos sobre a aprovação em Manila, em 1980, do Manifesto da UNESCO sobre Mediatecas Escolares e após o lançamento, em 1990, do Subprograma Desenvolvimento de Mediatecas Escolares, da Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário, importa averiguar e considerar a situação com que se debatem as bibliotecas escolares portuguesas dos Ensinos Básico e Secundário.

Apresentar uma comunicação ao 4º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas subordinada ao tema Bibliotecas Escolares, pode ser considerado por uns, sem interesse e, por outros, até monótono dado, se excluirmos algumas iniciativas e experiências de relevo e consequentes nesta matéria, o restante panorama ser bastante desolador.

Contudo, consideramos que esta é uma ocasião-chave que devemos aproveitar para mais uma vez denunciarmos a situação de não-existência com que se confrontam as bibliotecas escolares portuguesas.

E tal é tão mais importante se considerarmos e aceitarmos que as bibliotecas escolares dos Ensinos Básico e Secundário estão na base do edifício composto por todas as outras bibliotecas, na medida em que é ao nível destes graus de

ensino que se devam criar e fomentar hábitos de leitura nos jovens dado que serão estes os leitores das bibliotecas especializadas, das bibliotecas públicas e até da Biblioteca Nacional.

Parece-nos, assim, justificada a nossa participação, com esta comunicação, neste Congresso que podemos considerar uma reunião magna de profissionais da informação.

A evolução das concepções pedagógicas veio acentuar o papel do aluno e do seu trabalho no processo de ensino/aprendizagem. A concepção tradicional do que é um professor tem-se diluído e, cada vez mais, este se apresenta como um orientador.

Através da leitura da Lei de Bases do Sistema Educativo apercebemo-nos que a sala de aula deixa de ser o espaço único onde se desenvolve o processo de aprendizagem por parte do aluno. Tal processo estende-se a outros pontos da Escola, com destaque para a biblioteca escolar.

O que sucede então?

Apesar de ouvirmos falar frequentemente em Reforma do Sistema Educativo, em Escola Cultural e em outras tantas designações cheias de intenção (teórica) mas vazias de concretização (prática), as bibliotecas escolares continuam a debater-se com os problemas de sempre, a saber:

1.falta de instalações: as instalações das bibliotecas

escolares são quase sempre muito más e inadequadas aos serviços que uma biblioteca deve prestar. No caso particular das bibliotecas escolares, os espaços minimamente adequados deveriam permitir a realização de actividades de animação da própria biblioteca. Contudo, em muitos casos, as bibliotecas funcionam em salas de aula normais, podendo apenas ser frequentadas em períodos em que não decorram aulas nesses espaços.

2. falta de verbas: os orçamentos das Escolas contemplam a compra de livros para a biblioteca no item 52-B. Mas este item abrange a compra de muitos outros bens, nomeadamente, secretárias, lápis, ferramentas, etc. Desta forma, e porque numa Escola existem bens considerados como mais necessários do que os livros e ainda porque o orçamento das Escolas é, normalmente, reduzido, pouco ou quase nada resta para a compra de livros ou de outro tipo de documentos.

3. falta de recursos humanos: na biblioteca escolar trabalham normalmente um funcionário e um professor que tem redução de duas horas no seu horário lectivo semanal para se poder dedicar à biblioteca. Acontece que, para além dessas duas horas serem insuficientes para o planeamento e execução do trabalho a realizar, esta responsabilidade é frequentemente atribuída a professores de idade avançada ou com problemas de saúde ou até, com alguma deficiência. O mais grave consiste no facto de a escolha ser feita entre pessoas sem qualquer tipo de formação profissional que as habilite a exercerem correctamente o seu cargo. Contudo, são

já muitos os casos de professores que, por caridade ou por espírito de bom samaritano, se dedicam de corpo e alma à biblioteca da sua Escola e, quando tal sucede, termina o desinteresse dos alunos e do resto da Escola para com a biblioteca.

Por outro lado, e apesar da aprovação do Manifesto da UNESCO sobre Mediatecas Escolares, em 1980, em Manila, e da

publicação, em 1990, da Circular/Norma nº 71 da Direcção-

Geral do Ensino Básico e Secundário que consagra o

Subprograma de Desenvolvimento de Mediatecas Escolares,

continuamos a assistir a um total desfasamento entre aquilo

que é proposto e até prescrito por estes documentos e a

realidade.

Seria muito maçadora uma análise comparativa entre o texto destes documentos, naquilo que consideram como necessário

para a constituição de mediatecas escolares, e as actuais

bibliotecas escolares.

Mais do que explorar e descrever até à exaustão a situação

em que estas se encontram, importa sublinhar qual o contributo que poderiam dar para o processo de

educação/aprendizagem caso os pressupostos teóricos

constantes dos documentos anteriormente referidos fôsem

executados.

Desta forma, o contributo das bibliotecas/mediatecas

escolares, segundo o Manifesto da UNESCO traduz-se nos

seguintes aspectos:

- a) apoiar os programas de ensino e aprendizagem propiciando mudanças nas práticas educativas;
- b) assegurar o acesso dos alunos e dos professores a um vasto leque de recursos e de serviços;
- c) fomentar nos jovens o gosto pela leitura o que, entre outras coisas, significa habituá-los a frequentar as bibliotecas, seja para divertimento, informação ou estudo.

Contudo, o alcance destes objectivos depende mais da qualidade do que da quantidade dos recursos humanos e financeiros com que as bibliotecas forem dotadas. Será necessário que estas disponham de pessoal com qualificações profissionais em educação e em biblioteconomia. O seu acervo documental deverá ser constituído por material impresso e por audiovisuais, dado que foi já há muito entendido e aceite que o livro não é o único suporte de informação com potencialidades para transmitir conhecimento.

Este Manifesto reconhece ainda que, apesar de o principal objectivo das mediatecas escolares consistir na satisfação das necessidades de informação de professores e alunos é igualmente importante a constituição destas como elementos da rede de bibliotecas. Este aspecto assume grande significado quando sabemos que em muitos pontos do nosso país a biblioteca escolar é a única biblioteca existente.

O lançamento, em 1990, do Subprograma Desenvolvimento de Mediatecas Escolares foi coordenado pela Direcção-Geral do

Ensino Básico e Secundário, poderá ter trazido alguma esperança no que diz respeito a uma possível transformação (para o melhor) da situação das bibliotecas escolares portuguesas.

Contudo, tal não se verificou. Junto desta Direcção-Geral apurámos que no âmbito deste Subprograma foram realizados dois concursos: o concurso 5/90 e o concurso 15/90. O primeiro concurso contemplou cerca de 70 das Escolas que apresentaram projectos para a criação de Mediatecas Escolares. Estas Escolas receberam já as verbas do PRODEP e, melhor ou pior, mas sem qualquer tipo de orientação ou aconselhamento por parte dos serviços do Ministério da Educação, acabaram por criar as suas «mediatecas escolares».

Relativamente ao segundo concurso, foram contempladas 170 Escolas, das quais ainda não receberam qualquer auxílio económico dado a Contabilidade Pública ter colocado algumas objecções à transferência directa do dinheiro do Ministério

da Educação para as Escolas. Assim, o GEP (Gabinete de Estudos e Planeamento), que actua como gestor financeiro do PRODEP, deve enviar o dinheiro ao parceiro social que o pode receber: a autarquia. Para além dos inconvenientes que resultam deste procedimento burocrático, há ainda a salientar o facto de estas 170 Escolas terem já contraído encargos financeiros que ainda não puderam satisfazer dado a situação anteriormente referida no tocante à distribuição das verbas ainda não ter

sido desbloqueada.

Ainda segundo informação da Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário, o facto de não ter existido nenhum tipo de planificação, realizada pelo Ministério da Educação, a nível nacional, no tocante à rede de bibliotecas/mediatecas escolares que se pretendia criar (conforme o proposto no referido Subprograma, no tocante aos trabalhos preliminares a realizar), conduziu a que a maior parte das escolas contempladas se situem no litoral e junto aos grandes centros urbanos, o que contribuiu para acentuar as assimetrias regionais.

Para inverter esta situação, chegou a ser proposto que futuros concursos realizados no âmbito deste Subprograma contemplassem essencialmente escolas do interior do País. Acontece que um dos últimos despachos do Ministro da Educação do XI Governo pôs termo a este Subprograma.

Em seu lugar, foram criados quatro Programas, correspondendo cada um a uma componente específica:

- . Programa Mercúrio (coordenado pelo Instituto de Inovação Educacional): atribuição de material audiovisual;
- . Programa Minerva (coordenado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento): atribuição de material informático;
- . Programa Biblos (coordenado pela Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário): atribuição de livros;
- . Programa Laboratorius (coordenado pela Direcção-Geral de Administração Escolar): atribuição de material de

laboratório.

A criação de Programas separados representa um retrocesso em relação ao que anteriormente tinha sido definido e até aceite como biblioteca/mediateca escolar: as Escolas têm de concorrer a mais de um Programa para poderem obter os materiais didáctico/formativos de que necessitam para o processo de auto-aprendizagem dos alunos, o qual tem sido defendido no âmbito da própria Reforma do Sistema Educativo. Desta forma, se em determinada escola se considerarem os livros como o suporte de informação por excelência, bastará concorrer ao programa Biblos, acabando por prevalecer a noção tradicional de biblioteca escolar.

Por outro lado, parece-nos muito grave o facto de uma iniciativa ministerial apenas lançada em 1990 ter já sido extinta porque, tal como no domínio da Educação, também o das bibliotecas escolares necessita de medidas estruturais, profundas, planificadas a longo prazo e cuja concretização não seja posta em causa apenas porque entretanto, surgiu a ideia de criar algo novo e que contraria o tão recentemente estabelecido. É, assim, desesperante a conclusão a que somos conduzidos de que o passado das bibliotecas escolares em Portugal está povoado com medidas avulsas e inconsequentes!

BIBLIOGRAFIA

AMANTE, Maria João e OCHOA, Paula, "As bibliotecas escolares e a gestão da informação: situação actual e perspectivas", in CONGRESSO DE BIBLIOTECARIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 3, Lisboa, 1990. Actas. Lisboa: BAD, 1º vol., p. 6374.

CALIXTO, José António, "Contra o bloqueio das bibliotecas escolares". JL, 299, 26 Mar 1988 4 Abr 1988, p. 6 JE.

CALIXTO, José António, "Projecto Biblioteca: balanço de uma experiência na inovação". O Professor, 119, Maio, p. 2740.

COMISSAO DE REFORMA DO SISTEMA EDUCATIVO, Proposta Global de Reforma: relatório final. Lisboa: Ministério da Educação, 1988.

MACHADO, Virginia, "A dinâmica da biblioteca na escola Preparatória de S. Mamede de Infesta" in Da Escola Curricular à Escola Cultural. Lisboa: Min. da Educação. Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1987.

UNESCO, Manifesto sobre Mediatecas Escolares. Trad. de José António Calixto. Setúbal, 1990.